

Projeto INCIDE

Relatório Final - Anexo 4:
O Projeto de Nação



Militares na disputa política e a propagação de *fake news*

Maio de 2022

O Projeto de Nação

O Projeto de Nação, elaborado pelo Instituto Sagres em parceria com o Instituto General Villas Bôas e Instituto Federalista, foi divulgado em 19 de maio de 2022. O texto é um projeto amplo de reestruturação profunda do Estado brasileiro, prevendo a criação de instâncias de governo controladas pelas Forças Armadas, reformulação da lógica de políticas públicas universalistas (como saúde e educação) para modelos de prestação de serviços com cobrança de taxas e intervenção em instituições educacionais para eliminar a contaminação ideológica que supostamente existiria nas salas de aula.

O documento trata de uma Estratégia Nacional (EN) segundo a qual um Centro de Governo (CdG) seria desenhado e implementado para atender o desejo da maioria da população brasileira, que apresenta suas preferências em manifestações de grande magnitude (em favor do governo Bolsonaro) e nas urnas (com a eleição de Bolsonaro e parlamentares de extrema-direita). Os brasileiros seriam, de acordo com os elaboradores do Projeto de Nação, conservadores evolucionistas e liberais com consciência de apoiar medidas sociais de apoio à população mais carente.

O CdG seria o órgão responsável por identificar temas que dizem respeito a mais de um Ministério de Estado e promover encontros entre os órgãos para definição do planejamento que atendam às diretrizes comuns. A decisão sobre as políticas públicas seria levada à Presidência da República apenas quando houvesse impasse entre os ministérios e as recomendações do CdG. Na prática, o conteúdo do Projeto de Nação indica que a reforma institucional representaria a criação de um governo militar paralelo, que administraria o país de fato, cabendo ao governo oficial, composto por políticos eleitos, um papel subalterno.

Em entrevista ao portal Uol, o antropólogo Guilherme Lemos, especialista em Forças Armadas, afirmou que dado o imbricamento entre os institutos que formularam o documento e os militares de alto escalão que o assinam ou estavam presentes no evento de lançamento, é possível afirmar que o Projeto de Nação representa a forma como o Exército Brasileiro, enquanto instituição, pensa o Brasil. Lemos também salienta que os comunistas, inimigos amplamente denunciados em discursos militares no período da Guerra Fria, foram substituídos pelos “globalistas”.

De acordo com o documento, o novo inimigo, o globalismo, seria um movimento internacional composto por pessoas poderosas e mega-

capitalistas que buscam intervir em governos nacionais para atender a seus interesses. O objetivo dos globalistas seria massificar a humanidade e dominá-la a partir de decretos autoritários¹.

A “vantagem” de estabelecer um Centro de Governo composto por militares seria, de acordo com o documento, eliminar as instabilidades decorrentes da alternância de poder e da ideologização da gestão pública.

O Projeto defende a presença de militares e policiais em cargos de “Nível Político- Estratégico”, e alega que há “preconceito” com a ocupação desses cargos por membros das Forças Armadas. Outra influência do discurso militar presente no projeto é a constante valorização do “civismo”, que seria capaz de unificar o país frente a “ideologias divisivas, extremistas e avessas à cultura brasileira” (expressão utilizada para se referir a pautas de esquerda).

O Projeto considera que todos os níveis de educação brasileira estão preenchidos por essas ideologias e considera os quadros da educação brasileira com formação técnica e cívica débeis, e que precisariam de aprimoração dos aspectos “morais, comportamentais e éticos” sendo o sistema educacional brasileiro sujeito a ingerência por sindicatos de professores. Algumas das estratégias propostas são a adoção das práticas das Escolas Militares como modelo.

A "Grande Estratégia Brasileira", que guia o projeto, crê que há agentes com “ideologias nocivas” em todos os aspectos da vida pública, considerando intelectuais de esquerda como “óbices” aos objetivos do projeto. Nesse sentido, o globalismo seria um ponto crucial para se entender o modelo de política externa ao qual o Brasil deveria se propor, cujo ideal envolveria o afastamento de acordos multilaterais (dando preferência a acordos bilaterais) e da atuação de ONGs e órgãos internacionais, que representariam ameaça à soberania nacional (a questão amazônica aparece de maneira relevante nesse ponto). A preocupação com a soberania nacional também passa pela reformulação do sistema de inteligência do Estado Brasileiro,

O Projeto não se restringe ao aspecto de políticas públicas, apontando também para a necessidade de estimular comportamentos e ideologias que promovam a unidade nacional. Esse é um projeto que herda a lógica da ditadura militar, mas com elementos novos de desregulação da economia sob a perspectiva neoliberal e desmonte das políticas públicas previstas na Constituição de 1988.

¹ Nesse ponto, é relevante notar que a implementação do CdG se daria por meio de decretos.

A metodologia do projeto

O Projeto de Nação trabalha com a lógica de documentos comumente produzidos por instituições militares e pelo Itamaraty de previsão de cenários futuros. A lógica de tais documentos é vislumbrar cenários fictícios, mas factíveis, de conflitos militares, crises diplomáticas, projeção de cenários econômicos, e a partir desses cenários hipotéticos pensar nos posicionamentos do Brasil e possíveis medidas de governo. No caso do Projeto de Nação, foram elencadas hipóteses que resultaram no cenário descrito no documento como o Brasil de 2035.

Para chegar a esses cenários, o projeto utilizou um questionável método criado pelo Instituto Sagres, o FIGE (Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica), caracterizado pela construção de possíveis cenários futuros que são constituídos pela metodologia “Consulta Águres”. Essa consulta seria construída com especialistas e o público geral, sendo que os entrevistados tem sua identidade ocultada com pseudônimos. São feitas perguntas sobre as preocupações destes agentes sobre determinado período de tempo.

Em 2018 foi realizada a pesquisa “Brasil 2022”, um ensaio para o Projeto de Nação publicado em 2022. Ambas as pesquisas tiveram seus resultados obtidos a partir de surveys enviados pela internet a atores de interesse do instituto. As questões que compunham o survey eram formuladas de maneira a enviesar as respostas dos entrevistados na direção dos argumentos de interesse do instituto. Há, também menções, por parte de integrantes militares do Projeto, de o Brasil estar no ano de bicentenário da Independência, fator apresentado como combustível para uma luta nacionalista baseada nos valores das Forças Armadas.

Abaixo, segue a ficha técnica de colaboradores do Projeto de Nação:

Coordenadores

- General Luiz Eduardo Rocha Paiva
- Professora Maria Verônica Korilio Campos
- Comitê Revisor
- General Alberto Mendes Cardoso
- Professor Ricardo Véllez Rodríguez (ex-ministro de educação do Governo Bolsonaro)
- Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes
- General Maynard Marques de Santa Rosa

- Professor Timothy Martins Mulholland
- Coronel Raul José de Abreu Sturari

Membros e colaboradores do Instituto Sagres:

- Artur de Melo Reis
- Cláudio Gomes de Oliveira
- Diógenes Lima Neto
- Dóris Santos de Faria
- Eduardo Martins Franco
- Fábio Sahm Paggiaro
- Fábio Santos
- Homero Zanotta
- Israel Ferreira Costa
- Ivomar Schuler da Costa
- Jacintho Mendes Lopes Júnior
- Jefferson de Souza Oliveira
- Jetson Turquiello
- Joanisval Brito Gonçalves
- José Carlos Alves
- Jucimar Mattos
- Juliane Michelle Marucci Lopes
- Leonardo Carvalho de Paula
- Leonardo José Machado Brant
- Luís Henrique Sganzella
- Marcondes Moreira
- Olavo Mendonça
- Paulo Berguenmayer
- Paulo Henrique Gregório
- Ridauto Lucio Fernandes
- Romilson Volotão
- Stavros Xanthopoulos
- Thomas Korontai (presidente do Instituto Federalista)
- Túlio Eufrásio Marques Júnior
- Adrian Nicolaiev
- Rossana Pavaneli

Apoio ao Programa de Celebração do Bicentenário da Independência promovida pelo Instituto Sagres:



O Instituto General Villas Bôas, um think tank de produção e debate de ideias militares

Atualmente, o General Eduardo Villas Bôas atua de maneira muito mais discreta do que em seu período como Comandante do Exército (2015-2019), em grande parte em decorrência da ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica), doença degenerativa da qual é portador. Em 2017, quando era Comandante do Exército, o general chegou a ameaçar o STF no Twitter ao citar o cientista político americano Samuel Huntington, que por sua vez fizera recomendações formais à ditadura para que o governo militar “não perdesse o controle” durante a redemocratização brasileira. A citação feita por Villas Bôas defendia a ideia de que as Forças Armadas devem desobedecer às instituições civis quando entenderem que, assim, estarão servindo aos interesses da sociedade.

Atualmente, o general continua ativo por meio do Instituto General Villas Bôas (IGVB), criado em 2019, após sua saída do Comando. O Instituto opera tanto como ONG relacionada a doenças raras como a ELA quanto como think tank, reunindo acadêmicos, empresários, lobistas e militares.

O General possui opiniões claras sobre política nacional e, por meio do IGVB, está formulando um “Projeto de Nação” relativamente coeso, que opera em

conjunto com o Instituto SAGRES e Instituto Federalista (IF), caracterizado por questionar em termos gerais a validade do projeto da Constituição de 1988.

Entre as críticas do IF à Constituição estão: o atual sistema federativo e a necessidade de aumentar a autonomia de estados e municípios, o “resgate” dos valores cívicos, a proteção da soberania nacional através da Amazônia, e de forma geral um resgate do projeto de país levado a cabo durante o regime militar, chamada pelo IF de “Grande Estratégia Brasileira”.

O Instituto Sagres e o IF são mais antigos que o IGVB. O primeiro foi criado em 2004 e o segundo em 2005. Em 2019 o IGVB teve contato com essas organizações para fazer parte do que o Instituto chama de Projeto de Nação. Provavelmente, a primeira a ser contatada foi o Instituto Sagres, no qual um amigo próximo de Villas Bôas, o General Luiz Eduardo Rocha Paiva, ocupa o cargo de diretor de Geopolítica e Conflitos. O Instituto Federalista afirma que através do Instituto Sagres soube da iniciativa de Villas Bôas. Os dois institutos, embora estejam tecendo um projeto comum, possuem origem e trajetórias distintas.

O Instituto Federalista foi criado por **Thomas Korontai**, empresário paranaense e autor de uma proposta de nova constituição com 84 artigos, exposta no livro *Cara nova para o Brasil: Uma nova constituição para uma nova federação*. Sua proposta é o que chama de “federalismo pleno”, com elevada autonomia de estados e municípios em todas as esferas governamentais e uma série de políticas: substituição do STF pelo TCF (Tribunal Constitucional Federal) que julgaria apenas a constitucionalidade de leis, a criação de Supremos Tribunais Estaduais e Municipais, a adoção do modelo de voucher na educação pública, a formação de grupos paramilitares de voluntários a serviço dos governadores, a abolição dos estados de Roraima, Acre, Amazonas e sua transformação em território federal, entre outros. De certa forma, fornece ideias constitucionais e de política pública ao Projeto de Nação.

O IGVB, em si, é bastante vago sobre as características do dito projeto. Em 2021 o instituto realizou um webinar com uma das grandes preocupações do General: a Amazônia. O tom do seminário foi de adesão às teses sobre **globalismo**, segundo as quais os movimentos ambientalistas são colocados como ferramenta externa para impedir o desenvolvimento nacional. Outros argumentos frequentes são o **negacionismo climático**, **interferência da ONU na soberania nacional**, a **política de demarcação de terras indígenas como um desserviço ao país** e a **integração dos indígenas à nação**.

De acordo com o tom das postagens do general em suas redes sociais e por

suas redes sociais e por sua entrevista ao pesquisador Celso Castro, o governo Bolsonaro parece ser mais um governo conveniente para as pautas do general Villas Bôas do que um governo ao qual seja leal, apresentado receio de que um governo do PT teria a tendência “revanchismo”. O general considera que Lula é o responsável pelas crises e instabilidades econômicas pelas quais o Brasil passou nos últimos anos devido à sua confiança na alta das commodities durante seu governo.